ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816

O ENSINO DA GEOGRAFIA COMO REAFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE DE ARAQUEMBAUA – BAIÃO –PARÁ

Rosilda Pimentel
Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Pará
E-mail: geo.grafiasufpa@gmail.com

Rita Denize de Oliveira
Docente do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará
E-mail: ritadenize@ufpa.br

Jorge Sales dos Santos
Discente em Geografia pela Universidade Federal do Pará
E-mail: jorge.santos@ifch.ufpa.br

Resumo
O presente trabalho de pesquisa cujo objetivo geral é investigar o conteúdo e a metodologia que vem sendo utilizada nas aulas de Geografia das turmas do 6º ano, com ênfase para as questões quilombolas, tendo como objetivos específicos: observar se os alunos vêm se apropriando dos conhecimentos geográficos no decorrer das aulas; compreender se existem relações entre o ensino de geografia e a descendência afros da comunidade de Araquembaua. Quanto à metodologia, esta baseou-se em um levantamento bibliográfico e documental de diversas obras de autores que abordam temas e conceitos geográficos relativos às comunidades Quilombolas no Baixo Tocantins, trabalho de campo na escola, com observações gerais, coleta de relatos sobre o funcionamento da referida escola com registro fotográfico a fim de caracterizar o espaço físico e pedagógico mediante a aplicação de um questionário com questões objetivas, direcionadas a 54 alunos. Com relação aos resultados, observou-se que a grande maioria dos alunos não vem se apropriando dos conhecimentos geográficos, especificamente com relação às questões quilombolas, pois apesar de ser uma comunidade de descendentes quilombolas, a população da Vila de Araquembaua não se identifica como tal, e isso distancia o aluno dessa realidade
Palavras-chave: Problemática. Metodologia. Conhecimentos Geográficos. Quilombola.

TEACHING GEOGRAPHY AS REAFFIRMATION OF QUILOMBALL IDENTITIES IN THE COMMUNITY OF ARAQUEMBAUA - BAIÃO –PARÁ

Abstract
The present research work whose general objective is to investigate or the content and methodology that has been used in the Geography classes of the 6th grade classes, with an emphasis on quilombola issues, having as objectives: during the classes; to understand if there are relations between the teaching of geography and the descent of the Araquembaua community. As for the methodology, it was based on a bibliographical and documentary survey of several works by authors that address geographic themes and concepts related to quilombola communities in the Lower Tocantins, fieldwork at school, with general studies, data collection on the work of include a school with a photographic record in order to characterize the physical and pedagogical space using a questionnaire application with objective questions, aimed at 54 students. Regarding the results, the percentage of students with the largest number of students does not come with geographic knowledge, with respect to quilombola

issues, despite being a descendant community of quilombolas, a population of Vila de Araquembaua that does not identify as such, and this it distances the student from this reality.
Keywords: Problem. Methodology. Geographical knowledge. Quilombola.

Introdução

Com a introdução da nova Base Nacional Curricular Comum está ocorrendo uma desconstrução e enfraquecimento daquilo que estava tão bem estruturado no ensino da geografia. Dessa forma os conteúdos de geografia do 6º ano não vêm abordando de forma plena o ensino dos conhecimentos geográficos necessários para uma boa aprendizagem que busque inserir nos ensinamentos de sala de aula a realidade vivida pelo aluno.

O processo de ensino aprendizagem eficiente é necessário também que sejam abordados os diversos conceitos de suma importância no entendimento da geografia, dentre os quais o território que é definido como uma área delimitada sob uma posse, seja de um animal, uma pessoa ou de um grupo, de uma organização ou de uma instituição.

Com relação à problemática, a presente pesquisa busca saber como o ensino da geografia vem contribuindo para o resgate da cultura quilombola na vila de Araquembaua? Tanto nas vilas de Igarapé Preto e Bailique, que também são comunidades de descendentes de quilombos, é possível observar uma presença muito forte da preservação da cultura quilombola e seus aspectos culturais, pois o samba de cacete, principal dança afro-brasileira está muito presente nas diversas manifestações culturais dessas vilas.

Com relação aos aspectos ecológicos e o cultivo da terra para o plantio das roças pelos agricultores, estes são feitos anualmente com total responsabilidade e sem nenhuma agressão tanto à fauna como à flora da região, em que as árvores centenárias e os animais da floresta são bens intocáveis. Também o artesanato quilombola, através da confecção de utensílios feitos à base de palhas e talas de palmeiras, cascas de árvore e cipós é muito difundido nessas comunidades, dentre os quais: paneiro, tipiti, tupé, bolsas e outros, os quais já se tornaram verdadeiro patrimônio quilombola ainda presente e que agregam valor comercial aos seus confeccionadores, dando trabalho e renda para as famílias envolvidas com essas atividades.

Esses são fatos praticamente inexistentes na comunidade quilombola de Araquembaua, em que se observa a falta de interesse em manter viva a cultura quilombola na atualidade, motivo pelo qual são observados poucos traços da cultura quilombola nessa comunidade. Isso diz respeito também à cor da pele de seus moradores, que em sua grande

maioria são brancos, com olhos esverdeados, o que os diferencia das demais comunidades quilombolas do município de Baião que são de cor escura.

O objetivo geral da pesquisa é investigar o conteúdo e a metodologia que vêm sendo utilizada nas aulas de geografia das turmas do 6º ano da escola municipal de ensino fundamental da Vila de Araquembaua. Para tanto cumpriram-se os seguintes objetivos específicos: a) compreender se existem relações entre o ensino de geografia e a descendência afro da comunidade e, b) Descrever se existem aplicações de metodologias especificas para o grupo quilombola.

Quanto à metodologia desta pesquisa, foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais sob temas e conceitos geográficos relativos às comunidades Quilombolas no Baixo Tocantins e trabalho de campo na escola, afim de caracterizar o espaço físico e pedagógico mediante a aplicação de questionários. Apoiados em diversas obras de autores que abordam a temática, dentre os quais: Bezerra (2001); Pinto (2006); Gomes (2005); Sales (1998) e Ramos (2009), entre outros.

A formação sócio espacial das comunidades Quilombolas

A formação das comunidades quilombolas no Brasil, surgiu a partir da fuga de escravos que se embrenhavam na mata e lá se estabeleciam formando famílias, vivendo em moradias precárias, cultivando roça na qual plantavam diversos produtos, dentre os quais a mandioca, arroz e milho. Praticavam a caça e a pesca, assim como criavam pequenos animais, como galinha, porco e outros que serviam de base para a alimentação da aldeia. Na área do lazer praticavam rituais de música e dança de origem africana, estando sempre alerta às perseguições de seus antigos proprietários.

Com o passar do tempo essas pequenas aglomerações de pessoas de raça negra foram se tornando cada vez maiores criando laços de amizade e parentesco e assim começaram a se dispersar a fim de forma novas comunidades. Com a promulgação da Constituição de 1988, as comunidades de descendentes de quilombos de todo o Brasil teve reconhecidos os seus direitos à terra formando territórios definidos e legalizados sendo de forma individual ou coletivamente a fim de que nessas áreas promovesse a preservação de sua cultura e rituais africanos herdados de seus antepassados.

As relações de poder no espaço são evidenciadas por processos dinâmicos de opressão e resistência que, durante a história da formação da nação brasileira, resultaram em

diversas formas de relações sociais. Os quilombos são um importante exemplo da resistência negra em relação ao uso capitalista do território, enquanto formações territoriais baseadas em outra racionalidade, pautada em valores de uso comum da terra e dos recursos, coletivizados e não geradores de lucro. Segundo Alfredo Wagner, "tradicional é uma maneira de ser, uma maneira de existir, é uma maneira de demandar, de ter identidade coletiva". (ALMEIDA, 2006, p. 67).

A circulação das notícias sobre a formação do Quilombo dos Palmares incentivou novas fugas de escravos, tendo como consequência a criação de novos quilombos por todo o país. Dessa forma as ocupações de grandes territórios para a formação de quilombos foram se sucedendo cada vez mais. E assim, de norte a sul do Brasil, houve uma expansão territorial muito grande das áreas quilombolas, acompanhadas dos seus costumes e tradições, como música e dança folclórica de origem africana, os estados brasileiros que possuem a maior quantidade de comunidades quilombolas são a Bahia, o Maranhão, Minas Gerais e o Pará.

O território é o elemento que consolida a identidade étnica afro-brasileira e que perpetua a memória política e cultural dos quilombolas. No caso particular das áreas de quilombo, o território materializa a relação entre os sujeitos e a terra; define os modos de vida, estabelece as relações sociais e é, em si mesmo, um estruturante social (MALCHER, 2009).

De acordo com Marin, Castro (1999, p. 27),

> A pesquisa histórica, porém, fortaleceu o processo de autoidentificação das comunidades de Baião. Em 1997, o governo do Estado criou um Grupo de Trabalho composto por representantes de instancias governamentais relacionadas à questão da terra e por entidades que representavam o movimento negro e os remanescentes de quilombos do Pará. Um dos resultados do trabalho foi a realização de uma pesquisa que mapeou as comunidades negras rurais do Estado e indicou a alta incidência de territórios quilombolas no município desde o período colonial.

No município de Baião, o fato que deu enfoque maior nas questões quilombolas foi o processo de titulação das terras definidas como quilombolas de maneira coletiva, realizadas no ano de 2002, fruto de muita luta de uma parcela significativa da comunidade, havendo a partir daí um maior empenho dos moradores em trabalhar a terra como verdadeiramente sua.

Sob a intermediação da Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto a Baixinha (ARQIB), que engloba ainda as comunidades de Carará, Campelo, Cupu, França, Pampolônia, Itaperuçu, Teófilo, Varginha, Araquembaua, Igarapezinho e Baixinha, a

titulação das terras representou um avanço muito para toda a área de abrangência da associação.

A ARQIB constitui-se em uma importante interlocutora entre as comunidades locais, pois através dela inúmeros benefícios vêm sendo oferecidos às vilas associadas, como o fornecimento de merenda escolar aos alunos dessas áreas, com a aquisição de produtos feitos diretamente junto aos produtores locais, promovendo uma qualidade de vida melhor para todos. Além disso a ARQIB vem incentivando a conservação do meio ambiente, estabelecendo estratégias de desenvolvimento sustentável, incentivo às manifestações culturais dos povos quilombolas e o combate a todas as formas de preconceito, discriminação e racismo entre os povos.

Figura 01: Vista aérea da Vila de Araquembaua



Fonte: Google Maps (2019)

Sob a coordenação da ARQIB diversas manifestações de incentivo à cultura e os costumes dos povos quilombolas têm sido realizados na comunidade de Igarapé Preto e Bailique, com a apresentação de festivais de dança do samba de cacete e outras danças folclóricas com a participação da comunidade escolar dessas vilas bem como da comunidade em geral. São iniciativas bastante louváveis, e que tem como objetivo principal resgatar a cultura afro-brasileira entre as comunidades de remanescentes de quilombos, reforçando o processo de ensino aprendizagem das aulas de Geografia, História e Estudos Amazônicos em sala de aula nas escolas dessas comunidades.

Aspectos teóricos e metodológicos de ensino em Geografia

Na sala de aula o ensino da geografia tem por objetivo fazer com que o aluno se aproprie dos conceitos geográficos compreendendo de que maneira a interferência do homem pode contribuir para o equilíbrio da natureza.

Para Cavalcanti (1998, p. 88),

> [...] o ensino de geografia visa à aprendizagem ativa dos alunos, atribuindo-se grande importância a saberes, experiências, significados que os alunos já trazem para a sala de aula incluindo, obviamente, os conceitos cotidianos. Para além dessa primeira consideração, o processo de ensino busca o desenvolvimento, por parte dos alunos, de determinadas capacidades cognitivas e operativa, através da formação de conceitos sobre a matéria estudada. Para tanto, requer-se o domínio de conceitos específicos dessa matéria e de sua linguagem própria.

No ensino da geografia, assim como de qualquer outra disciplina o aprendizado do aluno depende muito da forma como o professor transmite o seu entendimento, ou seja, é preciso que ela seja trabalhada em sala de aula de uma forma prazerosa, que desperte no aluno a vontade de aprender, de compreender os seus conceitos, interpretando-os de acordo com o seu entendimento.

Para que haja um bom processo de ensino aprendizagem dos assuntos nas aulas de geografia, é preciso que sejam trabalhadas metodologias que criem no aluno o interesse em dominar o assunto abordado, tornando-o um ser curioso, levando-o a investigar e assim satisfazer a sua necessidade de aprendizagem.

Nesse contexto, o professor realmente comprometido com a transformação social através do ato de ensinar, deve buscar nas dificuldades dos alunos a didática adequada que faça da prática educativa uma ferramenta de troca de experiências através do diálogo visando construir um caminho capaz de levar à socialização do saber, fazendo com eu a escola cumpra com o seu papel social dentro da sociedade.

Territorialidades e a comunidade quilombola de Araquembaua-Baião

A Associação Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto a Baixinha (ARQIB), é a principal representante das comunidades quilombolas do município de Baião, sendo a única entidade que trata dos interesses dessas localidades junto aos órgãos públicos e privados objetivando prover as necessidades básicas de suas populações.

Fundada no ano de 2002, a ARQIB representa 12 comunidades: Igarapé Preto, Carará, Campelo, Cupu, França, Pampolônia, Itaperuçu, Teófilo, Varginha, Araquembaua, Igarapezinho e Baixinha. Todas têm em comum o cenário de insegurança territorial, mas há especificidades na trajetória de cada uma que demandam problematizações e reflexões particulares.

Além dos interesses junto aos órgãos públicos e privados, a ARQIB cuida também do bom relacionamento entre as diversas comunidade sob a sua jurisdição, dentre as quais: jogos estudantis, encontros de jovens, campeonatos de clubes, além de cuidar da aquisição, distribuição e controle da merenda escolar das escolas de todas a comunidades que compõe a associação. Um de seus maiores feitos foi o processo de titulação de terras de modo coletivo das diversas comunidades, o que beneficiou boa parte dos moradores das 12 comunidades associadas.

A ARQIB cuida também da comercialização dos produtos agrícolas dos produtores rurais cadastrados na entidade bem como do controle do seguro defeso dos pescadores mantidos pela entidade junto aos órgãos competentes. O processo de formação das comunidades quilombolas na região do Baixo Tocantins se deu principalmente a partir da dispersão dos negros das usinas de açúcar que procuravam fugir do trabalho escravo e assim foram se estabelecendo em pequenos lugarejos, formando famílias e vivendo de uma agricultura de subsistência bem como da caça e da pesca.

Dessa forma, várias comunidades quilombolas foram se formando ao longo do rio Tocantins, especificamente nos municípios de Cametá, Mocajuba e Baião. No município de Baião, além da comunidade de Araquembaua, surgiram também as comunidades de Igarapé Preto, Bailique e Umarizal, todas no 2º distrito, e também a comunidade de Santa Fé, a única localizada no 1º distrito.

Nesse contexto, dadas às condições históricas e geográficas dessas localidades, há de se considerar que elas possuem as características básicas de territorialidades, já que se identificam como comunidades remanescentes de quilombos na região do Baixo Tocantins, com características peculiares em relação ao uso do espaço geográfico, vivendo em um ambiente socialmente organizado, cuja cultura remonta aos seus antepassados negros.

Buscando fazer com que os alunos tenham uma melhor compreensão de territorialidade nas aulas de geografia, é importante que o professor se utilize dos mais diversos conceitos geográficos a respeito dessa temática a fim de que o processo de ensino aprendizagem seja enriquecido a partir da apropriação desses conhecimentos em sala de aula.

Enquanto a categoria território representa para a Geografia um sistema de objetos, sendo básica para a análise geográfica, o conceito de territorialidade representa a condição necessária para a própria existência da sociedade como um todo. Se o território pode ser considerado campo específico dos estudos e pesquisas geográficas, a territorialidade poderá também estar presente em quaisquer outros estudos das demais ciências. Dificilmente poderemos pensar num antropólogo, sociólogo, biólogo ou engenheiro civil, entre outros, que, no seu campo de estudos, não esteja trabalhando com o conceito de territorialidade (PCN's, 1998, p. 28).

Assim sendo, é plenamente concebível que o conceito de territorialidade esteja presente em várias áreas do conhecimento humano, pelo fato de existirem diversos pontos de vista a respeito desse conceito dentro do estudo da geografia.

Para Haesbaert (2007, p. 42), "O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico que também é sempre e alguma forma natureza.

Enquanto que para Saquet (2009, p. 81) "[...] o território é produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens, logo é fruto da dinâmica sócio espacial. Nessa perspectiva, o mesmo autor considera que o território pode ser entendido como uma forma de apropriação social do ambiente; é o ambiente construído, em que há múltiplas variáveis e relações recíprocas e unitárias. O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, para produzir, viver (objetiva e subjetivamente) (SAQUET, 2006, p. 81).

Nesse contexto, diante da abordagem feita pelos referidos autores, há de se considerar que a comunidade quilombola de Araquembaua encontra-se inserida nesses posicionamentos, uma vez que seus habitantes praticam a pesca e a agricultura de subsistência, vivendo numa sociedade organizada, em que ainda são cultivados os traços de seus ancestrais quilombolas, que lá chegaram fugindo dos antigos engenhos de cana de açúcar e lá se instalação, formando a atual comunidade, onde se efetivou a presente pesquisa.

Com relação à historicidade, tanto Haesbaert quanto Saquet convergem para um só ponto de vista, levando em consideração o fator social dentro do contexto espacial de território, embora tenha havido nesta linha de pesquisa uma maior simpatia às colocações de território feitas por Saquet, uma vez que o referido autor se atém mais às questões relativas ao

homem como ser que se apropria do território, vivendo nele e transformando-o para nele produzir e tirar dele o seu sustento e de sua família.

Ainda de acordo com o autor, a "territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo" (RAFFESTIN, 1993, p. 160). É plenamente concebível que a territorialidade se encontra intimamente ligada às questões que envolvem sociedade, a qual procura identificar os indivíduos de uma determinada comunidade, os quais sofrem influências históricas e geográficas das áreas onde se encontram inseridos.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007, p, 22).

Dentro dessa perspectiva Haesbaert (2007, p. 24) afirma que:

> A territorialidade não é apenas algo abstrato, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica, sendo que ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico que enquanto imagem ou símbolo e um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado.

Nesse contexto, Haesbaert define que embora todo território tenha uma territorialidade, nem toda territorialidade possui um território, no sentido de sua efetivação material.

Dessa forma, baseado nessas colocações feitas por Haesbaert (2007, p. 27), define-se como a diferença básica entre território e territorialidade, que: enquanto todo território possui uma territorialidade, nem toda territorialidade possui um território, pois, uma vez que a territorialidade pode ser a dimensão simbólica, o referencial territorial (simbólico) para a construção de um território, que não obrigatoriamente existe de forma concreta.

Formação sócio espacial dos quilombos no baixo Tocantins

No Brasil por mais de 300 anos os negros foram escravizados. Os primeiros quilombos no Brasil começaram a surgir em meados do século XVI, as informações de comunidades de negros miscigenados com índios eram claras nas capitanias do Grão-Pará, de Goiás, Mato Grosso e da Bahia (GOMES, 2005, p. 38).

Segundo Bezerra Neto os primeiros escravos africanos foram trazidos pelos ingleses para a Amazônia, no século XVII, eram destinados aos diversos tipos de serviços nas fazendas, como preparar a terra para as plantações, cultivar terrenos. Enfim, para o serviço de agricultura de gêneros como cana-de-açúcar, arroz, tabaco, café, milho, cacau, mandioca e outros produtos agrícolas (BEZERRA NETO, 2001, p. 21).

Durante o processo de escravidão da Amazônia os negros tornaram-se uma população bastante expressiva, submetida a trabalhos forçados e a condições desumanas de sobrevivência. Resistindo a tal condição muitos negros fugiam para as matas e florestas onde formavam seus quilombos e buscavam reconstruir suas formas de vida e identidade (PINTO,2006p.33).

Com relação a inserção da mão de obra escrava na economia amazônica, segundo Jarlison (2011, p. 21), na obra Escravidão Negra na Amazônia:

> A inserção de escravos negros na Amazônia se intensificou a partir da criação, em 1755, da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, durante o período pombalino. Pretendia-se entre estas determinações ao estímulo da produção agrícola, dando início a substituição do braço do indígena, pelo do negro, nos trabalhos da lavoura.
> No Pará e no Maranhão os negros foram destinados sobretudo para os canaviais e as lavouras de arroz e algodão. O cultivo da cana-de-açúcar foi uma das primeiras atividades econômicas dos europeus na Amazônia (JARLISON, 2011, p. 21).

Há indícios de que os holandeses, antes dos portugueses, tenham cultivado cana e instalado pequenos engenhos nas proximidades da foz do Amazonas. Francisco Caldeira de Castelo Branco, o fundador da cidade de Belém (1616), foi o pioneiro no latifúndio açucareiro do Pará, onde a conquista europeia se iniciou, por conseguinte, sob interesse imediato desta cultura. Embora incipiente, a lavoura da cana-de-açúcar prosperou nas cercanias de Belém e espalhou-se com maior intensidade, pelas margens dos rios Guamá, Capim, Acará, Moju e Igarapé Miri (JARLISON, 2011, p. 22).

Pelo fato de serem muito próximos uns dos outros, esses rios integram uma zona bem distinta de acesso relativamente fácil. A cultura da cana-de-açúcar aí se enraizou e adquiriu importância econômica. Aí, portanto, se instalaram engenhos, com numerosa escravaria, e se estabeleceu um regime social típico.

Por possuir esta área a maior concentração de cultura da cana-de-açúcar nessa região, aí também se localizaria a maior concentração de escravos na Amazônia. O contingente africano não foi tão numeroso, como no Maranhão, mas a história da escravatura africana no Pará se escreveu com os mesmos processos, determinando, como em toda parte, as mesmas

reações do escravo. A mais frequente, a busca da liberdade pela fuga e posterior agrupamento nos quilombos.

De acordo com Pinto (2006, p. 268) vários fatores contribuíram para que a fuga acontecesse, pois, os mesmos procuravam melhores condições de vida e viver em total liberdade. Essas fugas ocorriam para as matas, montanhas, florestas e cabeceiras de igarapés, onde constituíram seus redutos negros, conhecidos como mocambos ou quilombos. Somente nas matas os negros se sentiam libertos e protegidos pela natureza, que era quem lhes fornecia os alimentos necessários à sua sobrevivência como caça, pesca, colheita de frutos, raízes e plantas.

Assim, como em outros lugares do Brasil, na região Tocantina, mais especificamente no município de Cametá, durante a segunda metade do século XVIII foi construído o Quilombo do Mola, um dos mais importantes palcos de resistência negra no Baixo Tocantins. Para Salles "a região infestada de mocambos era a dos rios Moju, Capim e Acará, e a área próxima do Baixo Tocantins (SALLES, 1998, p. 215).

De acordo com Pinto, "estima-se que existam no estado do Pará em torno de 290 povoações quilombolas, localizadas em diversos municípios, tais como Baião, Cametá, Acará, Gurupá, Capitão Poço, Abaetetuba, Ananindeua, Mocajuba, Santa Izabel, Oriximiná e Vizeu. Dessas, aproximadamente 50 povoações, localizavam-se na região do Tocantins" (PINTO, 2006, p. 271). Com base nas afirmações de Pinto, percebe-se que essas povoações foram se dispersando para localidades diferentes, mas sempre buscando a liberdade e melhores condições de vida.

Formação sócio espacial do município de Baião

Baião é um dos 143 municípios do estado do Pará, geograficamente localiza-se na região do Baixo Tocantins, limitando-se ao norte com o município de Mocajuba, ao sul com Tucuruí, a Leste com Moju e a oeste com Oeiras do Pará e Pacajá.

O município de Baião originou-se de um povoado fundado em 1694. O governador e capitão-general do Estado do Maranhão e do Grão-Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, reconhecido como donatário da Capitania do Camutá, entregou como doação ao português Antônio Baião uma vasta Sesmaria, com a condição de que fundasse um povoado. Impôs a Baião, a condição de que tal povoado deveria localizar-se à margem do rio Tocantins e que ele construísse uma casa grande e decente. Antônio Baião aceitou a oferta e cumpriu o

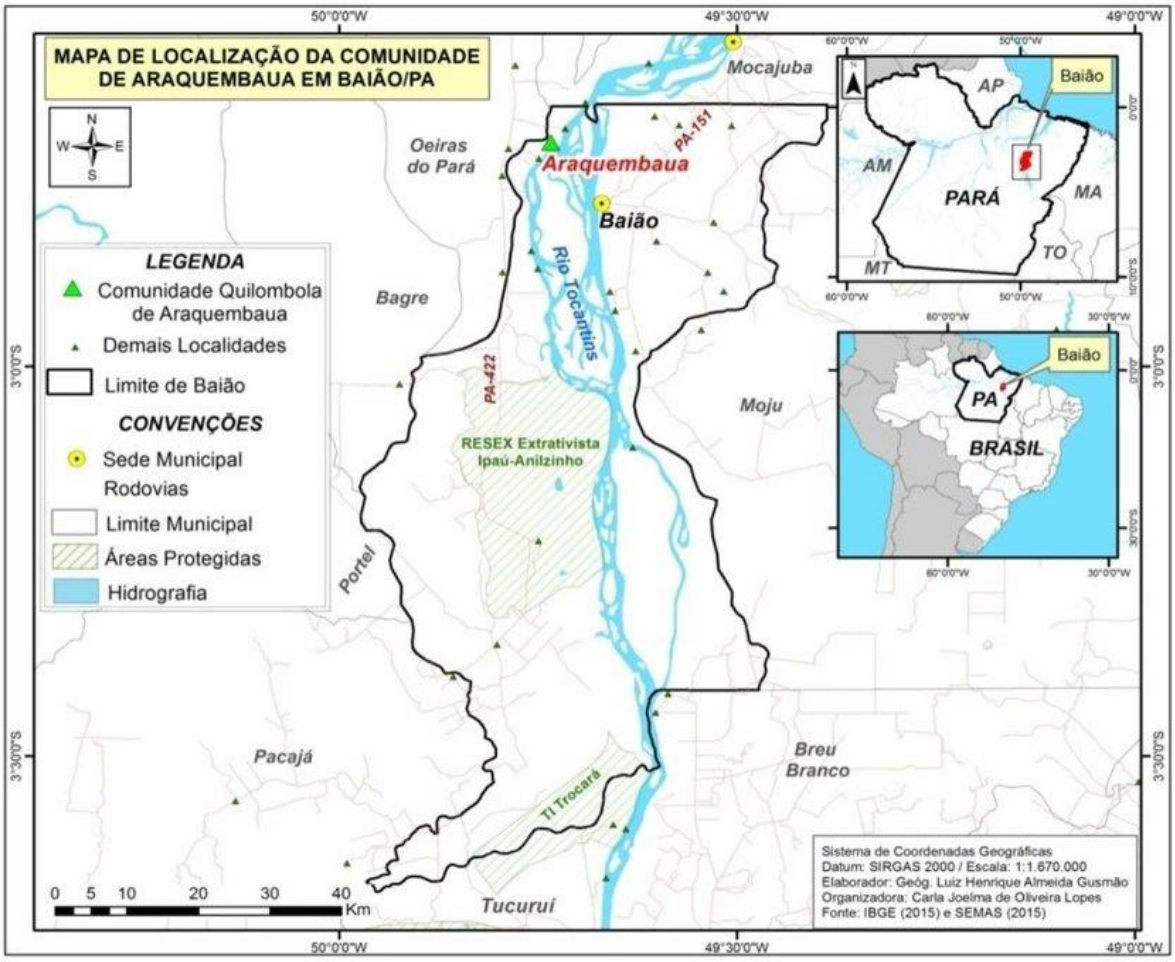
compromisso pactuado, fundando o povoado, longe de Camutá, convertendo-o em sede da Sesmaria.

Em 30 de outubro de 1769, o capitão-general e governador, Fernando da Costa de Athayde Teive, consagrou a doação efetuada por Coelho de Carvalho e outorgou ao lugar o nome do sesmeiro, batizando-o de Baião. O município de Baião já foi o um dos maiores do mundo, onde sua extensão chagava ao município de Conceição do Araguaia, por exemplo. Municípios importantes do Estado como Tucuruí e Marabá surgiram de vilarejos baionenses. Hoje, o município de Baião é formado pelos distritos-sede de Baião e pelos distritos de Joana Peres e São Joaquim de Ituquara. Baião atualmente conta com uma população estimada em 2018 de 46.416 habitantes. Possui uma área de 3.202,399 km², segundo o IBGE (2010), seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,578, considerado baixo. Baião é formado por 87 comunidades rurais, dentre as quais 05 (cinco) delas são de remanescentes de quilombos, tais como: Araquembaua, Igarapé Preto, Bailique, Umarizal e Santa Fé.

Comunidade Quilombola de Araquembaua

A comunidade Quilombola de Araquembaua é uma pequena vila que faz parte do 2º distrito do município de Baião (PA), pequena vila ribeirinha formada por 200 famílias que vivem basicamente da agricultura de subsistência e da pesca artesanal.

Figura 02: Mapa da localização da comunidade de Araquembaua em Baião/PA



Fonte: IBGE, 2015. Organização: LOPES, 2016.

Geograficamente está situada a noroeste da sede do município de Baião, tendo como limites municipais a norte a comunidade de Baixinha, a leste ao sul a comunidade de Taperuçu, ao leste a margem esquerda do Rio Tocantins e a oeste a Rodovia BR-422 (Transcametá), na comunidade de Cupu. Sua localização estratégica permite o acesso à rodovia Transcametá (PA 422), principal via de acesso tanto às cidades de Cametá como Tucuruí e por via fluvial tem acesso às sedes dos municípios de Baião, Mocajuba, Cametá e Tucuruí. Formada em sua grande maioria por uma população de descendentes de quilombos, a vila ainda hoje conserva alguns traços dos antigos escravos que lá se estabeleceram vindos do município de Cametá, fugindo da perseguição de antigos capitães-do-mato.

Não existe uma documentação oficial que indique o período exato em que a vila de Araquembaua surgiu ou de que maneira se formou, apenas as narrativas dos moradores mais antigos e das lideranças locais sinalizam esforços para a reconstituição da memória, pois com

o crescimento do povoado houve a necessidade de escolher um nome que tivesse alguma relação com as origens da comunidade.

A comunidade de Araquembaua no percurso do povoamento passou por inúmeras influências que contribuíram na cultura histórica e nos costumes da população, que desenvolvia e que ainda desenvolvem atividades que foram constituídas ao longo do tempo com vários símbolos carregados de influências culturais populares herdadas pelos indígenas e dos afros descendentes.

Araquembaua é uma das 82 comunidades rurais que compõem o município de Baião, sendo que a sua população vive prioritariamente da pesca, agricultura e bolsa família, seguro desemprego. A relação com a sede do município é bastante intensa, sobretudo a partir da instalação da balsa que transporta veículos e pessoas até a Varginha, uma das comunidades vizinhas.

Figura 03: Imagem da Vila de Araquembaua na atualidade



Fonte: Pimentel (2019)

De acordo com relato de antigos moradores da Vila, Araquembaua, assim como as demais comunidades do município de Baião, banhadas pelo Rio Tocantins, sofreu um impacto muito grande com a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, uma vez que sua população dependia basicamente do rio para manter suas famílias, pois ainda têm como base de sua economia a agricultura e a pesca de diversas espécies de peixes amazônicos, assim como o camarão.

No ano de 2002, Araquembaua recebeu a titulação de território quilombola. O processo que suscitou a titulação foi feito de forma conjunta com outras 25 comunidades do município e materializou novos ordenamentos territoriais. O episódio não ocorreu de forma

isolada, ao contrário, se manifestou em diversos espaços da Amazônia (MARIN, CASTRO,1999p. 21; SALLES, 2005, p.101 e TRECCANI, 2006; p. 36).

Segundo Ramos (2009, p. 28) "o sistema de educação de Araquembaua teve uma trajetória muito grande, pois sua primeira sala de aula situava-se de modo precário na residência da senhora conhecida até hoje por "Licita", a qual exercia de forma voluntária, a função de professora".

Atualmente a Vila de Araquembaua faz parte da ARQIB, associação de comunidades remanescentes de quilombos, da qual fazem parte também as vilas de Igarapé Preto, Baixinha, Cupu, Varginha, Campelo, Bailique e Umarizal. O fato de fazer parte dessa associação garante à Vila de Araquembaua o fornecimento de merenda escolar para as escolas locais como complemento dos produtos fornecidos pela Prefeitura de Baião, através da Secretaria de Educação do município.

Metodologias a serem trabalhadas na escola de Araquembaua

Na comunidade de Araquembaua, embora esta seja considerada de descendentes de quilombos, que também faz parte da Associação de Remanescentes de Quilombos – ARQIB, não se observa a aplicação de nenhuma metodologia de ensino, seja ela na Geografia, História ou mesmo Estudos Amazônicos que tenha por objetivo o resgate da cultura e dos costumes dos povos afro-brasileiros em sala de aula.

Embora o programa anual fornecido pela Secretaria de Educação não contemple as questões que envolvem a cultura do negro, seus costumes e tradições, há de se esperar que a equipe pedagógica atende para essas questões, pois elas tratam, em última análise, de relações que estão intimamente ligadas às origens e convivência de toda a comunidade local.

Nesse contexto, cabe principalmente à escola através de seus professores trabalhar atividades extraclasse que envolvam os alunos na busca por uma maior compreensão das causas quilombolas. Ações desenvolvidas regularmente com a comunidade escolar de Igarapé Preto, com festivais de danças folclóricas, jogos quilombolas, samba de cacete e outras, devem ser incentivas cada vez mais entre os alunos da escola de Araquembaua, a fim de que haja uma maior apropriação da cultura negra entre os alunos, buscando uma integração maior da escola com a comunidade local.

É preciso que se estabeleça um calendário anual de atividades que levem em consideração a sazonalidade dos produtos agrícolas cultivados nas vilas de remanescentes de

quilombos, dentre os quais a bacaba, a pupunha, o piquiá, o uxi, o tucumã-açu, a castanha-do-pará, o cupuaçu, o bacuri, além da farinha, produtos estes largamente utilizados como base alimentar das comunidades quilombolas e que também agregam valor comercial a essas mercadorias vendidas por esses povos. Também é preciso que seja incentivada a montagem de feiras para a exposição e venda das frutas da época, mostrando não só o seu valor comercial como também a força da agricultura familiar presente nas diversas comunidades quilombolas da região.

As questões ambientais, o uso sustentável da floresta e o trabalho de proteção dos reservatórios de água, tais como os igarapés e suas matas ciliares devem ser incentivadas a fim de manter a boa qualidade de suas águas sem poluição, mantendo-os saudáveis para o banho e a produção de peixes para o consumo da comunidade.

Atividades comerciais e de lazer nos igarapés devem ser banidas, evitando-se o represamento de suas águas para a formação de balneários cuja finalidade é a venda de bebidas alcoólicas que incentivam o consumo de drogas entre jovens e a prostituição, como vem ocorrendo com frequência na Vila de Igarapé Preto.

É preciso que haja maior responsabilidade de todos para o uso equilibrado e sem agressão à natureza, evitando-se a retirada da cobertura vegetal do barranco da vila de Araquembaua mediante a queimada e a derrubada de árvores de sua encosta para que não haja a destruição da paisagem principal da vila.

Aos professores da escola de Araquembaua também cabe a necessidade urgente de trabalhar todas as questões ambientais, ecológicas e culturais mediante seminários para que haja um maior engajamento dos alunos visando a melhor apropriação dos problemas relacionados às causas dos povos quilombolas.

Quanto ao uso do livro didático, todas as turmas foram contempladas com livros das diversas disciplinas trabalhadas, através da Secretaria Municipal de Educação, os quais serão devolvidos pelos alunos no final do ano letivo para que possam ser reutilizados por novos alunos no ano seguinte.

Aos alunos que residem fora da vila de Araquembaua são atendidos pelo transporte escolar através de barcos mantidos pela Prefeitura Municipal de Baião. Quanto à merenda dos alunos, esta é fornecida regularmente pela Prefeitura, sendo complementada com material fornecido pela ARQIB, adquirida diretamente dos produtores locais, sendo esta considerada pelos alunos de melhor qualidade por tratar-se de produto in natura.

Quanto aos conteúdos trabalhados pelos professores, estes são confeccionados diretamente pelo setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, que de acordo com os professores de geografia não contempla os conteúdos que abordam as questões quilombolas, os quais são trabalhados de forma precária em sala de aula.

Buscando investigar junto aos alunos de geografia como vem sendo trabalhadas as questões que envolvem o processo de ensino aprendizagem da cultura quilombola nas turmas do 6º ano da escola de Araquembaua, decidiu-se por aplicar um questionário com 10 questões objetivas feitas junto aos 54 alunos das turmas do 6º ano, os quais, após análise, terão seus resultados devidamente dispostos graficamente.

Análise dos questionamentos dos alunos

Quadro 1: Representação do Questionário

Perguntas	Sim	Não
1 O ensino da geografia favorece o seu entendimento sobre as questões quilombolas?	28%	72%
2 O professor trabalha a cultura quilombola em sala de aula?	19%	81%
3 As questões relacionadas aos impactos ambientais são trabalhadas nas aulas de geografia?	71%	29%
4: Você se identifica como quilombola?	94.5%	5,5%
5 É possível observar algum traço quilombola na Vila de Araquembaua?	66,5%	33,5%
6 Você já sabia que a comunidade de Araquembaua faz parte de remanescentes de quilombos?	92,6%	7,4%
7 Você conhece alguma vantagem que a Vila de Araquembaua possui por ser uma comunidade quilombola?	98,2%	1,8%
8 Você conhece alguma dança de origem quilombola?	77,8%	22,2%
9 Você acha que a Vila de Araquembaua se identifica com as vilas de Igarapé Preto, Bailique e Umarizal?	85%	15%
10- Você acha necessário que haja o resgate da cultura quilombola na vila onde você mora?	70,4%	29,6%

Fonte: Pimentel (2019)

Quanto a 1ª pergunta apenas dos 54 alunos, apenas 15 deles responderam sim, sendo que a maioria dos alunos responderam não, que o ensino da geografia não favorece o seu entendimento sobre as questões1 quilombolas. Nesse contexto 39% dos alunos afirmam que o ensinando aplicado não favorece em nada a o seu entendimento a respeito das questões relativas aso quilombos, isso mostra claramente que o ensino da geografia, da maneira que vem sendo aplicado não contribui em nada para o entendimento das questões dos remanescentes de quilombos.

No 2º questionamento o posicionamento dos alunos continua desfavorável, ou seja, apenas 10 deles responderam de modo favorável, ou seja, 81,5% deles afirmam que os professores não trabalham a cultura quilombola em sala de aula. Essa pode ser perfeitamente pela falta de uma abordagem mais clara nos programas de geografia fornecido pela Secretaria de Educação. Isso também reflete o desinteresse dos professores que não se reciclam e por isso mesmo deixam de abordar em suas aulas questões que poderiam despertar o interesse dos alunos.

No 3º questionamento abordando as questões relacionadas ao meio ambiente, 71% dos alunos responderam que sim, mostrando que nesse quesito os professores trabalham sim as questões relacionadas aos impactos ambientais observados no dia a dia dos alunos. Esse comportamento dos professores não podia ser diferente, uma vez que tal assunto está diretamente ligado ao ensino da geografia em sala de aula, daí o percentual de apenas 29% dos alunos se posicionarem de forma negativa no questionário.

O 4º questionamento que faz a seguinte pergunta: "você se identifica como quilombola?" dos 54 alunos, 51 deles afirmaram que não, ou seja 94,5% responderam de forma negativa. Essa resposta não surpreende ninguém, pois é fácil notar até mesmo pelos traços físicos dos alunos que eles jamais poderiam de identificar como descendentes de quilombos. Boa parte da população de Araquembaua é formada por pessoas de cor clara e olhos azuis ou esverdeados, totalmente diferente da fisionomia das demais comunidades quilombolas do município de Baião.

Na pergunta de número 5, em que é perguntado se é possível observar algum traço quilombola na Vila de Araquembaua, as respostas foram em sua grande maioria de forma negativa, ou seja, como já era de se esperar, 66,5% dos alunos responderam que não. Esse percentual é um retrato da questão anterior.

Na questão 6, embora a grande maioria dos alunos não se identifiquem como descendentes de quilombola, praticamente todos eles, ou seja 92,6 deles afirmam que já sabiam que a comunidade de Araquembaua é sim quilombola.

Quanto ao 7º questionamento, que faz a seguinte indagação: "Você conhece alguma vantagem que a vila de Araquembaua possui por ser uma comunidade quilombola?" Aqui dos 54 alunos que responderam o questionário, 53 deles responderam sim, ou seja 98,2% afirmaram que sim. Nesse quesito basta lembrar que os alunos do ensino médio são beneficiados pelas cotas na inscrição dos processos seletivos das universidades públicas, bem

como que recebem religiosamente em dia o fornecimento da merenda escolar através da ARQIB.

Em relação ao 8º questionamento, que faz a seguinte pergunta: "Você conhece alguma dança de origem quilombola?" A maioria dos alunos respondeu que sim, 77,8% contra 22,2% que responderam não, pois é fácil conhecer as danças quilombolas, já que elas são bastante conhecidas por todo o município de Baião, já que aqui se encontra uma das áreas de descendentes de quilombos do estado do Pará.

Para o 9º questionamento, que traz como indagação, "Você acha que a vila de Araquembaua se identifica com as vilas de Igarapé Preto, Bailique e Umarizal? Nesse quesito houve uma tendência para o não, ou seja, com este posicionamento os alunos afirmam que a vila de Araquembaua não se identifica com as demais comunidades quilombolas de Baião, e isso se conclui por diversos aspectos, dentre os quais a cor da pele dos seus moradores bem como pelos seus traços culturais.

Finalmente no 10º e último questionamento no qual é feita a seguinte pergunta: "Você acha necessário que haja o resgate da cultura quilombola na vila onde você mora? 70,4% dos alunos responderam que não. Essa já era uma resposta previsível, pois se os alunos não se identificam com quilombolas, é certo que eles não acham necessário o resgate da cultura quilombola na vila onde moram.

Ensino e aprendizagem em Geografia no 6º abi da E.M.E.F de Araquembaua

O ensino da geografia, assim como das demais disciplinas, vem passando por grandes transformações que visam atender as exigências da sociedade atual. Questões ligadas ao clima, ao desmatamento, às grandes queimadas e ao aquecimento global devem ser melhor exploradas em sala de aula a fim de que sejam formados cidadãos realmente comprometidos com esses grandes problemas que vêm afetando as populações mundo afora.

O fato da Geografia ser uma ciência que estuda as características do planeta terra, os fenômenos climáticos e a ação do ser humano no meio ambiente, tem o seu ensinamento facilitado nas escolas da zona rural, dada a presença e o convívio do aluno com a exuberância da natureza, especificamente quando são abordadas questões relativas a lugar e espaço geográfico.

Num mundo globalizado, é preciso, pois que os alunos também sejam conhecedores da realidade que os cerca, a fim de que sejam seres capazes de participar das transformações pelas quais toda a humanidade vem passando.

Nas escolas da zona rural da Amazônia, em que os recursos didáticos são pouco acessíveis, é lá também que as dificuldades de ensino se tornam mais visíveis, e isso se torna muitas vezes um entrave no processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, tal situação pode transforma-se num incentivo a mais ao professor, que, dessa forma passa a fazer uso de outras ferramentas de ensino despertando a curiosidade do aluno para o assunto abordado.

Nas turmas do 6º ano da escola de Araquembaua as questões ligadas à natureza local ainda são pouco exploradas, pois boa parte das aulas são trabalhadas apenas com o apoio do livro didático. Torna-se necessário mostrar aos alunos como os primeiros habitantes da comunidade veio ao longo dos anos transformando a paisagem para a construção de casas, o trabalho na roça e a ampliação da própria vila para chegar no estágio em que se encontra nos dias de hoje.

Torna-se importante mostrar aos alunos a necessidade de explorar a natureza de forma sustentável a fim de que seja evitado o desequilíbrio ambiental capaz de prejudicar a vida saudável dos moradores da comunidade, em que a fauna e a flora possam conviver em perfeita harmonia, não sofrendo diretamente as consequências das práticas econômicas, sociais, culturais e cotidianas presentes nas sociedades e envolvendo tanto o meio rural quanto o urbano.

As questões que envolvem o estudo do território nas turmas do 6º ano também precisam ser melhor trabalhadas, pois este deve ser estudado tomando como referência o espaço, pois ele é formado a partir do espaço geográfico, daí a indissociabilidade entre os dois, sendo imprescindível mostrar para a turma a visão particular dos diversos estudiosos da geografia com relação a território, já que ela é influenciada pela realidade estudada, por seus objetivos e por sua concepção de espaço.

Já que território pode ser entendido como o controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, efetivo, do espaço ou de uma região, é preciso que os alunos sejam capazes de assimilar essa compreensão com relação à comunidade em que vivem, já que a Vila de Araquembaua é parte integrante de um município do estado do Pará, que por sua vez faz parte de uma unidade da federação.

Para Haesbaert, (2004, p. 40). Na perspectiva *simbólica-cultural*, o território representa o produto da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”

Dessa forma, fica evidente que o município de Baião exerce influência jurídica sobre essa comunidade, tendo sobre ela diversas responsabilidades, desde o fornecimento de merenda escolar até o controle e administração dos serviços de educação, saúde, segurança e bem-estar de sua população.

Torna-se necessário também que os alunos sejam envolvidos com os conceitos de territorialidade, pois o seu conhecimento é de suma importância no estudo e na compreensão da geografia como disciplina que se encontra intimamente ligada com o dia a dia do aluno.

Nesse contexto, é importante que o professor trabalhe em sala de aula os principais conceitos de territorialidade facilitando a sua compreensão entre os alunos, a fim de torná-los conhecedores de sua importância dentro da comunidade onde encontram-se inseridos.

Com relação às questões quilombolas, embora tímidas, são levadas em consideração as origens bem como a formação da população de Araquembaua a partir da introdução de povos de origem branca vindos principalmente das áreas rurais de Cametá, que ao longo do tempo promoveram a miscigenação da população, embora ainda permaneçam lá os resquícios de povos remanescentes de quilombos.

Dentro desse contexto, o processo de ensino e aprendizagem nas turmas do 6º ano vem se dando de modo pleno, uma vez que as aulas de geografia buscam apropriar os conhecimentos geográficos dos alunos a respeito dos assuntos abordados em sala de aula, fazendo com que as questões que envolvem os assuntos de interesse da comunidade quilombola sejam amplamente debatidas com o auxílio do livro didático e a orientação do professor.

Ensino da geografia na atualidade na escola de Araquembaua

Os grandes problemas enfrentados pela humanidade nos dias atuais, vem exigindo do professor um trabalho cada vez mais comprometido com a compreensão dos alunos a respeito dos conhecimentos da geografia a fim de que eles sejam conhecedores das transformações pelas quais vem passando o planeta.

Na escola de Araquembaua, os professores de geografia das turmas do 6º ano vêm seguindo a grade curricular estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação do município, abordando questões ligadas ao meio ambiente dispostos nos temas transversais, em que são trabalhados fatores como o clima, o assoreamento do rio Tocantins, as queimadas nas

redondezas da comunidade, a derrubada da floresta para dar lugar à criação de gado e a retirada e comercialização de madeira.

Esses tem sido os principais temas de grandes preocupações da população, não só de Araquembaua como das demais comunidades vizinhas, motivo pelo qual vem sendo bastante explorados nas aulas de geografia, pois fazem parte do dia a dia dos alunos e por isso carecem de uma abordagem maior em sala de aula. O ensino da geografia na escola de Araquembaua vem sendo comprometido pela falta de objetividade do professor em sala de aula pelo trato com o conteúdo disponibilizado no programa fornecido pela secretaria municipal de educação que não vislumbra o ensino dos povos afrodescendentes e nem tampouco as comunidades descendentes de quilombos no município de Baião.

A falta de professores devidamente habilitados no ensino de geografia também representa um fator desfavorável no ensino da disciplina, pois o mesmo não possui o conhecimento acadêmico necessário para fazer frente à realidade vivenciada no dia a dia pelos alunos das comunidades quilombolas.

Com relação às políticas públicas do município para a educação, o que vem se observando nos últimos anos é um verdadeiro descaso, não havendo um comprometimento da gestão municipal com esta causa, pois a falta de transporte e merenda para os alunos é uma constante, além da falta e constantes atrasos no pagamento do salário dos professores, tem sido um fator que vem cada vez mais desmotivando o trabalho dos profissionais da educação. Especificamente no caso dos professores contratados, estes são constantemente substituídos a todo final de semestre, fato que promove a falta de continuidade no trabalho em sala de aula.

É preciso, pois que sejam preservados alguns dos direitos concedidos constitucionalmente aos povos descendentes de quilombos, dentre os quais o acesso à terra através demarcações fundiárias coletivas, o ingresso à universidade pública através de programas direcionados às comunidades quilombolas.

No tocante às políticas públicas, torna-se urgente e necessário o combate às ameaças dos governos neoliberais que tentam a todo custo eliminar as recentes conquistas alcançadas mediante anos de luta dos povos afrodescendentes, como uma pequena reparação concedida pelos incontáveis danos a eles causados pela nação brasileira ao longo de sua história.

O debate dos problemas ambientais nos diferentes meios e, em especial, nos meios de comunicação, tem levado, em muitos casos, à formação de alguns preconceitos e à veiculação de algumas imagens distorcidas sobre as questões relativas ao meio ambiente. Às

vezes isso ocorre por falta de conhecimento, o que se justifica diante da novidade da temática hoje presente nos mais diferentes meios da sociedade civil organizada.

Os professores de geografia da escola de Araquembaua, devido à grande repercussão dos problemas ambientais ultimamente propalados nos meios de comunicação, vem desenvolvendo o seu trabalho em sala de aula de uma forma mais dinâmica e atual, o que facilita a compreensão dos alunos para um tema, hoje discutido de forma mais abrangente, embora esta temática esteja contemplada nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental.

O que mais mobiliza tanto as crianças quanto os adultos a respeitar e conservar o meio ambiente é o conhecimento das características, das qualidades da natureza; é perceber o quanto ela é interessante, rica e pródiga, podendo ser ao esmo tempo muito forte e muito frágil; e saber-se parte dela, como os demais seres habitantes da Terra dependendo todos – inclusive sua descendência – da manutenção de condições que permitam a continuidade desse fenômeno que é a vida, em toda a sua grandiosidade (BRASIL, P. 74).

Proposição sobre o ensino de geografia que valorize as culturas afrodescendentes de quilombos no município de Baião

O Brasil é um dos maiores países do mundo em população, com uma grande miscigenação de raças com predominância negra, resultante do tráfico de habitantes do continente africano desde a época colonial. Pelo fato de sermos formados em sua grande maioria pela raça negra, é de suma importância que a escola procure abordar também nas aulas de geografia questões que procurem valorizar as culturas afrodescendentes de quilombos, especificamente nas comunidades declaradas quilombolas.

> Os números não são precisos, mas estima-se que, entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanas foram transportadas para as Américas. Esse número não inclui os que não conseguiram sobreviver ao processo violento de captura na África e aos rigores da grande travessia atlântica. A maioria dos cativos, cerca de 4 milhões, desembarcou em portos do Brasil. Por isso nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil. O dramático deslocamento forçado, por mais de três séculos, uniu para sempre o Brasil à África. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 40 apud SOUZA, 2012, p. 25).

No quilombo é retomado o debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, alude a uma dívida que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em

consequência da escravidão, não exclusivamente para falar em propriedade fundiária. Os "remanescentes das comunidades de quilombos", que emerge com a constituição de 1988 é tributário não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla que foi travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta antirracista. (LEITE, 2000, p. 339).

Qualquer professor sabe que o quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, sendo de grande importância que seja inserida também nas aulas de geografia como uma forma de valorizar a cultura do negro na comunidade.

Na Constituição Federal de 1988, a autodeterminação das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos se dá em razão dos costumes, tradições, condições sociais, culturais e econômicas específicas que as distinguem de outros setores da coletividade nacional.

Na sala de aula não basta apenas estudar as questões que envolvem o negro. É preciso que se combata o racismo e a discriminação da pessoa considerada negra, por um simples ato de respeito com o ser humano.

A Lei 10.639/2003, que torna obrigatórios o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, um dispositivo que realmente ponha na pauta do currículo o que a historiografia omitiu durante séculos. Pelo fato de fazer parte da história do Brasil, o estudo dos povos africanos deve ser abordado não só nas aulas de história, como também nas de geografia e nas demais disciplinas que compõem o currículo das escolas públicas brasileiras, dada a importância do referido tema para a formação dos alunos.

Portanto, torna-se imprescindível que haja a interdisciplinaridade do ensino da história e cultura afro-brasileira, a fim de que aconteça uma maior integração das raças, contribuindo assim com a diminuição do racismo e a compreensão de que o negro teve uma participação muito grande na formação, não só da cultura, mas também da riqueza do Brasil.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Nesse sentido, é preciso que sejam trabalhadas em sala de aula a importância do negro para a formação da população brasileira bem como a importância dos povos quilombolas pela grande contribuição que deram na manutenção dos valores culturais e históricos que mantem viva parte da história do país.

Fazer acontecer um ensino que analise e discuta acerca do papel do negro na história do Brasil e do mundo é tarefa articulada entre educadores, diretores, pessoal de apoio pedagógico e administrativo da escola e membros das comunidades. Isso leva a crer que se está a iniciar uma outra luta para a qual todos, e não somente os negros e/ou as comunidades remanescentes de quilombolas, são convocados a fazerem uma releitura da história brasileira.

No que se refere as proposições de como tratar os conteúdos geográficos em comunidades quilombolas, observamos algumas experiências interessantes durante o curso de Geografia, Turma Parfor que podem ser adaptadas para a educação básica no que se refere a formação de professores realização de seminários com perspectiva holística sobre o processo ensino e aprendizagem das populações tradicionais na Amazônia dependem de várias dimensões: política nacional de educação, saúde, segurança, família etc..

No que se refere as comunidades Quilombolas do Munícipio de Baião observou-se que existem muitas diversidades, em função do nível de pressão do capital, que impõem atividades altamente degradantes como exploração madeireira, uso de igarapés para balneários, e miscigenação com ribeirinhos, colonos e migrantes. Essas intervenções potencializaram nessas comunidades especificidades na comunidade Umarizal e Igarapé Preto o aspecto cultural é marcante com preservação de danças como samba de cassete, porém aspectos ambientais e econômicos muito fragilizados; a comunidade Bailique avança no que se refere a práticas socioambientais com preservação de atividades extrativistas, inserção de cultivos adaptados a vulnerabilidade local, preservação de floresta primária e, conscientização política. Assim, propõem-se a realização se seminário e rodas de conversas no sentido de fortalecer a associação, discutirem problemas comuns, e difundir boas práticas que não se restrinja ao espaço físico da escola mas a comunidade como um todo, tal como foi realizado na Comunidade do Igarapé Preto, com relato de experiências socioambientais, histórico das comunidades por meio de relatos dos mais antigos teatro ao ar livre para comunidade, apresentação cultural com samba de cassete.

Outra proposição que pode ser importante no ensino de geografia em comunidades Quilombolas pode ser a construção de calendário agrícola e comemorativo dessas comunidades, uma vez que em muitos casos na Escola são discutidos e comemorados dadas que não fazem referência as relações sócio espaciais de seus territórios (referencias entre Brasil – África, plantio e colheita de cultivos locais como açaí, bacaba, bacuri).

Considerações finais

O trabalho de pesquisa ora concluído, trouxe à tona das discussões uma questão que vem sendo a preocupação não só da escola, mas principalmente dos pais dos alunos que sentem a necessidade de saber de que forma vem sendo ensinada determinada disciplina na escola atual.

Sabe-se que a responsabilidade pela boa aprendizagem do aluno é sempre cobrada do professor, mas é preciso que se analise os vários fatores que envolvem o processo de ensino, desde a estrutura física da escola, o fornecimento de material didático adequado, merenda constante de qualidade, o transporte escolar para os alunos, bem como a boa formação do professor.

Na escola de Araquembaua, o processo de ensino e aprendizagem, especificamente nas turmas do 6º ano, onde a presente pesquisa foi realizada, a situação não é diferente das demais escolas do município de Baião, em que a falta de itens básicos para o funcionamento adequado da escola são uma constante, e que foram observados no decorrer das visitas feitas no decorrer do trabalho de pesquisa. A falta de merenda, falhas no transporte escolar dos alunos, falta de professores que foram distratados pela Secretaria Municipal de Educação e mesmo os constantes atrasos no pagamento dos profissionais da educação, vem comprometendo o bom andamento dos trabalhos do professor em sala de aula.

Surge a seguinte indagação: "Como é o Ensino da Geografia na Comunidade Quilombola de Araquembaua"? É muito aquém da realidade, pois não há nenhum incentivo, nos dias atuais, para que o processo de ensino e aprendizagem seja condizente com a realidade atual, pois é preciso que os alunos tenham uma boa educação a fim de que possam enfrentar as diversas situações de um mundo globalizado que vem exigindo cada vez dos nossos jovens.

Outro fator de grande preocupação na vila de Araquembaua e que foi amplamente discutido no decorrer dessa pesquisa relaciona-se com a falta de identificação da comunidade em geral com as questões quilombolas, não havendo por isso a falta de interesse dos alunos em abordagem tal temática nas aulas, motivado por vários fatores, dentre os quais a falta de contextualização da geografia com as demais disciplinas que deveriam tratar esta problemática de uma forma mais abrangente.

A questão ambiental é um outro fator de grande preocupação na comunidade onde está pesquisa foi realizada, não havendo uma responsabilidade que os não só dos moradores

da vila como da comunidade escolar que por sua vez não se preocupa com esses problemas que já começam a causar prejuízos a toda a comunidade através da queda do barranco situado na frente da vila de Araquembaua, além das queimadas e derrubada da mata para a comercialização da madeira.

Em vista de tudo o que foi explorado neste trabalho, há de se considerar que os seus resultados servem de alerta para alunos e professores se envolvam mais com essas questões a fim de que possam enfrentar as grandes transformações pelas quais a sociedade vem passando de uma forma tranquila. Nesse contexto, as ideias defendidas nesse trabalho ficam como uma proposta de defesa do meio ambiente, de revisão dos valores raciais, servindo de alerta para o enfrentamento de uma nova realidade que deverá ser construída por todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Os quilombos e as novas etnias em Direitos territoriais das comunidades negras rurais.** Aspectos jurídicos e antropológicos São Paulo: Documentos do Isa n. 5, p. 11- 47, 1999. _____. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: MARIN, Rosa E.A., ALMEIDA, Alfredo W. Populações Tradicionais: Questões de terra na Pan-Amazônia. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Campo-Território**,** Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

CALLAI, Helena Copetti. **O ensino da geografia**: sua constituição no espaço-tempo. In: _____. Geografia – Um certo espaço, uma certa aprendizagem. São Paulo: FFLCH, 1995. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1995.

CASTRO, Edna. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais** In. DIEGUES, Antônio Carlos (Org.) Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos. São Paulo, Hucitec /NUPAUB- USP, 1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. C**iência geográfica e ensino de geografia**. In: _____. Geografia, escola e construção dos conhecimentos. Campinas, SP: Papirus, 1998a. p. 15-28.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, séculos XVII-XIX. São Paulo: Ed. Unesp/ Ed. Polis, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à** HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de Globalização**.

MARIN, R. E. A. Marajó: **Tableau de uma Sociedade Pós-Escravista**. In: II Ciclo de Conferências: "Dalcídio Jurandir", 2001, Belém. Caderno de Resumo do II Ciclo de Conferências: "Dalcídio Jurandir". Belém: UNAMA, 2001.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Os Remanescentes de Quilombolas na Região do Tocantins (PA)**: História, Cultura, Educação e Lutas por melhores condições de vida. In: Dimensões da Inclusão no Ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Sandoval Coelho; Baião: **A História de um Município**. - Valente Gráfica e Editora, 2009.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3. edição revisada ampliada. Belém: IAP; Programa Raízes, 1971:1998.

SAQUET, Marcos Aurélio**. Campo-Território**: considerações teórico-metodológicas.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos identidade e história./** Laura Olivieri Carneiro de Souza. 1. Ed. –Rio de Janeiro: nova fronteira, 2012.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Programa Raízes, 2006.

TRINDADE, Liberata Lopes. **"Entrevista". "Origem da Comunidade Quilombola de Araquembaua**." PIMENTEL, Rosilda. Ago.10/2019.

VESENTINI, José William. **Repensando a geografia escolar para o século XXI**, São Paulo –SP, Plêiade, 2009.

VIANNA FILHO, Luiz. **O negro na Bahia**: Um ensaio clássico sobre a escravidão. 4. ed. Salvador: Edufba, 2008.